

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.341 - MT (2019/0080312-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : ALEXANDRE DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/2006. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS. **37 KG DE COCAÍNA**. TRANSPORTE ENTRE ESTADOS. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALEXANDRE DOS SANTOS contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República (Apelação Criminal n.º 51.803/2018).

Consta nos autos que o Agravante foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso V, ambos da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 600 (seiscentos) dias-multa (fls. 197-203).

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento à apelação defensiva (fls. 265-272).

Nas razões do recurso especial, sustenta-se ofensa ao art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, pois "*o Tribunal a quo não apresentou fundamentações cabais de que o recorrente se dedica às atividades criminosas, valendo-se de presunção e vedando a causa de diminuição, contrariando assim o §4º do artigo 33 da Lei de Drogas*" (fl. 289).

O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal *a quo* em razão do óbice contido na Súmula n.º 7 desta Corte Superior (fls. 302-304).

Interposto o agravo em recurso especial (fls. 308-315), o Ministério Público estadual apresentou contrarrazões (fls. 319-323).

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral Domingos Sávio Dresch da Silveira, opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 335-337).

É o relatório. Decido.

O agravo é tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual passo à análise do recurso especial.

A Corte estadual, ao afastar a aplicação da minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, consignou que o Recorrente se dedica habitualmente ao crime, o que se depreende da elevada quantidade de drogas encontradas em seu poder – **37kg (trinta e setes quilogramas) de cocaína** – e do *modus operandi* delitivo empregado para o transporte do entorpecente entre os Municípios de Ji Paraná/RO e Belo Horizonte/MG.

Confira-se, por oportuno, o seguinte excerto do acórdão estadual:

"Isso porque, consoante bem salientado pelo juízo singular, o recorrente não faz jus ao benefício por se dedicar a atividades criminosas, não preenchendo os requisitos exigidos pelo artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas.

De fato, o transporte de grande quantidade de droga entre estados da Federação – mais de 37 kg de cocaína, entre as cidades de Ji Paraná/RO até Belo horizonte/MG –, constitui motivação idônea para afastar a aplicação da causa de diminuição do tráfico privilegiado, por estar o réu, inequivocamente envolvido com a traficância de larga, para não se dizer, larguíssima escala, que não condiz com o traficante ocasional, que a Lei de Drogas quis beneficiar." (fl. 267; sem grifos no original)

Com efeito, a fundamentação apresentada pelo Tribunal de origem é concreta e idônea o bastante para obstar a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. MINORANTE PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS. IMPOSSIBILIDADE. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. As circunstâncias em que perpetrado o delito de tráfico de drogas – que envolveu o transporte de 14.450 kg de maconha entre Estados da Federação – não se compatibilizam com a posição de quem não se dedica, com certa frequência e anterioridade, a atividades criminosas, motivo pelo qual não há como ser aplicada a minorante

prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

2. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.777.936/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 04/04/2019; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO. [...] CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ARTIGO 33 DA LEI DE DROGAS. PRETENDIDA APLICAÇÃO. REQUISITOS. NÃO PREENCHIMENTO. INDEFERIMENTO DA MINORANTE JUSTIFICADO.

1. Para a incidência do redutor previsto no § 4º do artigo 33 da Lei 11.343/2006, é necessário o preenchimento dos requisitos legais: a) o agente seja primário; b) com bons antecedentes; c) não se dedique às atividades delituosas; e d) não integre organização criminosa.

2. **No caso, revela-se inviável a aplicação da aludida causa especial de diminuição, tendo em vista que a instância de origem concluiu, fundamentadamente, com esteio nas provas acostadas aos autos, em razão das circunstâncias do delito, dentre as quais a quantidade expressiva de entorpecente apreendido e a intensidade da conduta, que se dedica às atividades criminosas.**

[...] (HC 364.704/AM, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017; sem grifos no original.)

Ressalte-se, por oportuno, que *"uma vez concluído pelo Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos, que o recorrente se dedicava ao tráfico de drogas, a modificação desse entendimento – a fim de fazer incidir a minorante da Lei de Drogas – ensejaria o reexame do conteúdo probatório dos autos, inadmissível em recurso especial (Súmula 7/STJ)"* (AgRg no AREsp 1.319.922/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora